

O TEOR TESTEMUNHAL EM MIA COUTO: “A MÁGOA E A ESPERANÇA” DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA

Camila de Souza Calaça

Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
calacacamila@gmail.com

RESUMO

Neste artigo se apresentará uma apreciação teórica e crítica sobre o teor testemunhal da literatura na obra *Estórias abensonhadas*, de Mia Couto, por meio dos contos “A guerra dos palhaços” e “Chuva: a abensonhada”. Entende-se que, à diferença das obras canônicas do gênero de teor testemunhal, como *É isto um homem?* (1947), de Primo Levi e *Me chamo Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência* (1993), de Rigoberta Menchú e Elizabeth Burgos-Debray, a obra de ficção de Couto não literaliza a catástrofe da guerra, mas a encena pelo realismo fantástico. Márcio Seligmann-Silva, Valéria de Marco, Shoshana Felman são os nomes que, aqui, embasarão a leitura teórica sobre testemunho.

Palavras-chave: teor testemunhal, guerra civil moçambicana, Mia Couto, *Estórias abensonhadas*.

ABSTRACT

This article will be presented a theoretical and critical appreciation about testimonial content on literature in the work *Estórias abensonhadas*, by Mia Couto, through the tales “A guerra dos palhaços” and “Chuva: a abensonhada”. It is understood that, unlike the canonical works from genres testimonial content, as *É isto um homem?* (1947), by Primo Levi, and *Me chamo Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência* (1993), by Rigoberta Menchú and Elizabeth Burgos-Debray, Couto’s fictional work does not represent the war catastrophe literally. His tales are told from the point of view of fantastic realism. Márcio Seligmann-Silva, Valéria de Marco, Shoshana Felman are the researchers who will guide the theoretical reading about testimonial.

Keywords: testimonial content, Mozambican civil war, Mia Couto, *Estórias abensonhadas*.

1. Contingências determinantes

Cabe que seja traçado, sumária e inicialmente, um panorama de questões contingentes à escrita de Mia Couto: Moçambique, país africano de língua portuguesa – dada como oficial pelos anos de colonização – passou por duas recentes guerras, no avizinhado século XX, que assolaram sua população, bem como desestruturaram o país economicamente: a guerra de independência contra Portugal (1965-1975) e a Guerra Civil Moçambicana (1977-1992). Esses episódios marcam, em curto espaço de tempo, embates cuja violência física e simbólica se perpetua, ainda hoje, como espólios inexoráveis aos moçambicanos.

A primeira guerra, a de independência contra Portugal, ao longo dos seus dez anos, foi capaz de reunir a população de Moçambique em favor de movimentos independentistas que trariam o triunfo da liberdade em detrimento da repressão em que o país vivia enquanto colônia portuguesa. Vários movimentos anticoloniais foram articulados em prol da independência, com destaque à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que, em 1964, iniciou um combate contra o império português ainda vigente. Quando proclamada a independência, em 25 de junho de 1975, e assinados os Acordos de Lusaka, a FRELIMO assumiu o poder em Moçambique.

A Frente, presidida por Samora Machel, estabeleceu no país recém-independente um governo unipartidário e baseado nos princípios marxistas, com uma Constituição que garantia às massas o poder: “Na República Popular de Moçambique, o poder pertence aos operários e camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO”, afirma o artigo 2º dessa Constituição. Ainda que apoiada por Cuba e, à época, pela União Soviética, a Frente tinha na RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) uma forte oposição antissocialista,

respaldada pelos regimes de segregação racial (*Apartheid*) da África do Sul, e com uma proposta de governo multipartidário. Por essa oposição, dois curtos anos após o fim da guerra de independência, em 1977, Moçambique se vê diante de uma nova guerra, a Civil, que dividia, de maneira geral, os moçambicanos entre apoiadores da Frente e opositoristas.

O conflito armado e ideológico entre a Frente e a Resistência, com duração de 15 anos, vitimou moçambicanos e potencializou a instabilidade social e econômica já iniciada com a guerra de independência. O intento da Frente de realizar a reforma agrária, de coletivizar grandes fazendas para a agricultura de subsistência familiar, de massificar a educação e, em suma, como aponta Josilene Silva Campos em *As representações da guerra civil e a construção da nação moçambicana nos romances de Mia Couto (1992 – 2000)*, de primar por uma ideia de nação moderna “gerou o descontentamento das chefias tradicionais e da população rural” (CAMPOS, p. 80). Com isso, a FRELIMO foi perdendo espaço para o retorno da produção agrícola privada e de mercado até, em 1990, abandonar o socialismo e, em 1992, assinar Acordo Geral de Paz com a RENAMO. Mesmo diante da perda de princípios caros ao socialismo, a FRELIMO mantém-se no poder, desde 1975, enfrentando a oposição da Resistência, que não abandonou definitivamente as armas, apesar do acordo de paz, com a justificativa de que a Frente não respeita a democratização no país.

Esse cenário beligerante, de tensão política e de colapso econômico e social, ocasionado pelas duas mencionadas guerras, é o berço do escritor Mia Couto. Militante, por onze anos, da Frente, Couto conviveu, quando criança e adolescente, com a segregação e o racismo em sua cidade natal, Sofala, o que lhe permitiu, pela abnegação, aproximar-se ideologicamente das políticas de esquerda. Em entrevista concedida a

Patrick Chabal no ano de 1994, conforme apresenta Josilene Campos, Mia Couto comenta sua luta política na Frente:

Nós começamos a gravar os programas da rádio FRELIMO, reproduzíamos e espalhávamos estes panfletos na cidade, e houve uma certa altura em que nós fomos pelos quartéis convidando os soldados para desertar. Enfim, escolhemos outras horas que não eram estudantis para fazer o nosso trabalho de reivindicação política (COUTO *apud* CAMPOS, 2009, p. 69).

Em entrevista mais recente ao sítio Rede Brasil Atual, no ano de 2014, já desligado das atividades militantes na Frente, mas sem se furtar do engajamento político, Mia Couto fala da necessidade de um governo democrático de fato:

É preciso que haja [a] possibilidade de uma democracia que não seja só formal. Uma democracia viva, que seja vivenciada pelas pessoas, que não vão lá só dar o voto. A crise que Moçambique vive é uma profunda crise para chegar a um modelo de fazer política que já sabemos que morreu. [É preciso que haja uma] democracia representativa, com os partidos políticos, os sindicatos e essas coisas. Hoje, nós sabemos que o cidadão tem outra maneira de intervir, não precisa de um partido pra se organizar e sair à rua.

De maneira geral, o que se elucida, nesse sentido, é a ativa participação de Couto na Guerra Civil e no processo de retomada da paz após os anos de guerra, o que fecundará sua criação literária, auxiliará na construção de personagens e enredos simbólicos à apresentação do conflito interno.

2. Estórias abensonhadas e teor testemunhal

Publicado em 1994, o livro de contos *Estórias abensonhadas*, de Mia Couto, alude àquilo que se viveu na guerra e àquilo que se viverá após seu fim. O autor, em pequeno texto introdutório às narrativas do livro, diz:

Estas estórias foram escritas depois da guerra. Por incontáveis anos as armas tinham vertido luto no chão de Moçambique. Estes textos me surgiram entre *as margens da mágoa e da esperança*. Depois da guerra, pensava eu, restavam apenas cinzas, destroços sem íntimo. Tudo pesando, definitivo e sem reparo.

Hoje sei que não é verdade. *Onde restou o homem sobreviveu semente*, sonho a engravidar o tempo. [...] Estas estórias falam desse território onde nos vamos refazendo e vamos molhando de esperança o rosto de chuva, água abensonhada (COUTO, 2012, p. 7, grifos meus).

O que se identifica dessas palavras é, senão, a expectativa de estórias cujo *leitmotivo* se escora na guerra, nos traumas e também nas esperanças deixados com seu fim. Ensejando uma leitura que ilustre as *margens da mágoa e da esperança*, destacam-se os contos “A guerra dos palhaços” e “Chuva: a abensonhada”. Essas duas curtas narrativas, carregadas de simbologia e por meio de um realismo fantástico, são capazes de evidenciar – uma pela mágoa, outra pela esperança – o que significa testemunhar a guerra e relatar, ao final, tal experiência.

Esse testemunhar, mais do que somente “presenciar” uma dada situação, se situa no âmbito dos estudos literários, bem como da psicanálise, do direito, da história, com um estatuto próprio. Márcio Seligmann-Silva, sobre isso, diz:

O testemunho tem sido pensado na Alemanha tanto a partir de leituras que cruzam os discursos da teoria da literatura, da disciplina histórica e da teoria psicanalítica, como também dentro da onda de pesquisas dentro dos *estudos sobre a “memória”* (...) (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 69, grifo do autor).

A literatura de testemunho e as obras literárias de teor testemunhal estabelecem uma relação entre história e violência, ou, para Márcio Seligmann-Silva, “história como trauma que complexifica a noção do fato histórico” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 69).

De maneira mais específica, tratar de literatura de testemunho ou de teor testemunhal da literatura – termo utilizado por Seligmann com mais precisão em “*Zeugnis*” e “*Testimonio*”: *um caso de intraduzibilidade entre conceitos* – significa recobrar a *Shoah*, no âmbito germânico, cujo exemplo mais canônico é *É isto um homem?* (1947), de Primo Levi, ou os regimes totalitários do século XX, na América Latina, sendo *Me chamo Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência* (1993), de Rigoberta Menchú e Elizabeth Burgos-Debray, a obra que estabeleceu critérios importantes à concepção de “testimonio”.

Assim, a *Shoah* e os regimes ditatoriais latino-americanos são os episódios que, pode-se dizer, fundaram o testemunho como gênero literário no século XX. A pesquisadora Valéria de Marco, no artigo *A literatura de testemunho e a violência de estado* (2004), fala acerca de uma “proposta tanto de definição do testemunho como de interpretação para sua relevância, feita por membros do Júri do Prêmio Casa das Américas de 1969 que levou [...] à criação da categoria *testimonio* entre os gêneros do prêmio” (MARCO, 2004, p. 50). Essa estudiosa assevera que é possível analisar

uma tendência da produção literária latino-americana no século XX em um contexto mais amplo, que ultrapassa os limites geográficos do continente e aproxima-a à *geografia mundial da barbárie*, impondo a necessidade de examinar as relações entre violência, representação e formas literárias (MARCO, 2004, p. 51, grifo meu).

Considerar a existência de uma geografia mundial da barbárie no século XX, denominado “a era dos extremos” por Eric Hobsbawm, em obra homônima publicada em 1994, significa, também, convocar catástrofes como a Primeira Guerra Mundial, Revoluções Russa e Cubana, guerras de independência colonial, entre outras. No caso específico aqui apresentado, percebe-se que a guerra de independência colonial de Moçambique foi um aporte para a Guerra Civil neste país.

Mia Couto, como se disse, nascido no ano de 1955, viveu e sobreviveu à guerra civil. Em 1994, dois anos após a assinatura do acordo de paz que, em tese, suprimiu a guerra, lança *Estórias abensonhadas*, cujo texto de apresentação inicial, já citado, dá o tom de uma ficção que, deliberada mas simbólica e fantasticamente, retoma o ônus do conflito armado, bem como se assenta na perspectiva da paz vindoura.

Sobre isso, observe-se a situação narrada em “A guerra dos palhaços”: certa vez dois palhaços iniciam uma discussão à vista pública. Os transeuntes, curiosos e divertidos da situação, paravam para vê-los e, entretidos, crendo ser um número circense, forneciam, até, moedas. Assim foi com adultos e crianças. A discussão, com o passar dos dias, se intensifica, eles se batem raivosos. Em dado momento, um espectador é acertado por uma bofetada, o que causa riso no público, ainda crente no número circense. Contudo, ao longo dos dias a luta dos palhaços se torna mais violenta e, com isso, um passante é atingido mortalmente. Essa situação leva, já na segunda semana da luta entre os palhaços, à criação de dois campos de batalha sustentados pela presença da população local e de regiões vizinhas. Ao cabo de um mês de disputa, toda a população está morta e os dois palhaços, abraçando-se, juntam as moedas e somem à procura de outra cidade.

O conto, narrado em 3ª pessoa, remete imediatamente a uma condição de guerra. Os palhaços, numa leitura simbólica, sugerem os dois lados que dividiam Moçambique:

um deles, de apoiadores da FRELIMO, o outro, da RENAMO. O enfrentamento entre a população da fictícia cidade, se se remontar ao plano contingencial da obra, sinaliza para o enfrentamento dos próprios moçambicanos no fatídico período que vai de 1977 a 1992, o período da guerra civil nesse país. O trecho final do conto diz:

No vigésimo dia se começaram a escutar tiros. Ninguém sabia exatamente de onde provinham. Podia ser de qualquer ponto da cidade. Aterrorizados, os habitantes se armaram. Qualquer movimento lhes parecia suspeito. Os disparos se generalizaram. Corpos de gente morta começaram a se acumular nas ruas. O terror dominava toda a cidade. Em breve, começaram os massacres.

No princípio do mês, todos os habitantes da cidade haviam morrido. Todos exceto os dois palhaços. Nessa manhã, os cómicos se sentaram cada um em seu canto e se livraram das vestes ridículas. Olharam-se, cansados. Depois, se levantaram e se abraçaram, rindo-se a bandeiras despregadas. De braço dado, recolheram as moedas nas bermas do passeio. Juntos atravessaram a cidade destruída, cuidando não pisar os cadáveres. E foram à busca de uma outra cidade (COUTO, 2012, p. 113).

Ainda que os estudos acerca do testemunho, como afirma Valéria de Marco (2004), “[descartem] a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos narrados” (p. 50), o traço testemunhal concebido por Mia Couto não deixa lacunas. Sobrevivem os dois palhaços em busca de uma nova disputa em uma nova cidade como sobrevivem FRELIMO e RENAMO, de braços dados por meio de um Acordo de Paz, sendo aquela, ainda, detentora do poder político em Moçambique e esta, oponente – ideológica e belicamente – à estrutura antidemocrática atribuída à Frente. Em nome da disputa ideológica e armada, a população se posiciona, luta, morre. As ruas de Moçambique se enchem de civis mortos pela guerra: relembre-se que “por incontáveis anos as armas tinham vertido luto no chão de Moçambique” (COUTO, 2012 p. 7). Trata-se do que se testemunha: da perda, do luto e da disputa por poder entre inimigos que terminam de

braços dados. Inimigos que, ao cabo de uma luta que dizima toda uma população, juntam moedas, obtêm lucro a despeito de e mediante a adversidade de outrem. A *mágoa* da guerra, de viver e sobreviver entre o luto e o sangue é apresentada nesse conto, fantasticamente, por engendrar um episódio além do que se possa referenciar na objetividade do mundo empírico, embora seja plausível nos termos do realismo que deixa subentendido: a guerra divide comunidades e as mata.

É certo que “A guerra dos palhaços” sugere que o final de uma disputa levará ao início de outra – com a busca dos palhaços a outra cidade em que possam litigar –, mas existe a necessidade de buscar no fim do confronto um descanso na paz. E, assim, *A margem da esperança* será enxergada no conto “Chuva: a abensonhada”.

O neologismo que dá título ao conto – e à coletânea de contos –, “abensonhada”, é sugestivo. A combinação de “abençoada” e “sonhada”, derivadas de bênção e sonho, aponta para a direção da esperança. E esta se expressa em “Chuva: a abensonhada” na figura de Tristereza. A chuva, que há anos não caía, finalmente chegara para limpar todo o sangue que a guerra derramara: “Nossa terra estava cheia de sangue. Hoje, está ser limpa, faz conta é essa roupa que lavei (...)” (COUTO, 2012, p. 44).

A água que desce do céu, água que lava, que arrasta o sangue e a dor, “não é assunto de clima, mas de recado dos espíritos” (COUTO, 2012, p. 43). A excitação e misticismo de Tristereza, contudo, esbarram na desconfiança do sobrinho, narrador-personagem, que, pela janela, de olhos voltados para o mundo, acredita ser aquela chuva excessiva: “[...] esta chuva, minha tia, não será prolongadamente demasiada? Não será que à calamidade do estio se seguirá a punição das cheias?” (p. 44). A tia, no entanto, segue ajeitando o “fato de festa” para o sobrinho a fim de que se comemore o fim da guerra. E para Tristereza não restam dúvidas:

[...] chuva está a acontecer devido das rezas, cerimónias oferecidas aos antepassados. Em todo Moçambique a guerra está parar. Sim, agora já as chuvas podem recomeçar. Todos estes anos, os deuses nos castigaram com a seca. Os mortos, mesmo os mais veteranos, já se ressequiam lá nas profundezas. Tristereza vai escovando meu casaco que eu nunca hei-de usar (...) (COUTO, 2012, p. 44).

Tristereza e o sobrinho são sobreviventes. Tristereza e o sobrinho testemunharam a guerra. Mesmo que o rapaz desacredite na boa intenção da chuva, acaba cedendo à vontade da tia, veste o fato de festa e sai com ela, por fim, a brincar nas poças d'água e a comemorar o fim do conflito armado literalmente mencionado no conto. A cura do luto estará nisto, no porvir, na garantia de que a memória dos antepassados, exaltados por Tristereza, seja louvada e contada. Shoshana Felman, no ensaio “Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar” (2000), indaga mesmo sobre se “seria o testemunho um simples meio de transmissão da história ou, por vias obscuras, uma forma de cura insuspeita? (FELMAN, 2000, p. 22)”. Certamente, o testemunhar reserva-se a um tanto de ambos ao se enxergar as personagens de “Chuva: a abensonhada” e, de maneira geral, se se enxergar as *margens da mágoa e da esperança* a partir da qual foram feitas as estórias abensonhadas de Mia Couto, que, assim como Tristereza e seu sobrinho, testemunhou.

Apontamentos finais

Márcio Seligmann-Silva, no citado “‘Zeugnis’ e ‘testimonio’” (2001), para falar da catástrofe da *Shoah* e dos regimes totalitários latino-americanos, enumera cinco aspectos fundamentais que, pode-se dizer, sustentam a literatura de teor testemunhal: 1) o

evento; 2) a pessoa que testemunha; 3) o testemunho; 4) a cena do testemunho e 5) a literatura de testemunho. No contexto de *Estórias abensonhadas*, analogamente, seria possível pensar da seguinte forma: 1) guerra civil moçambicana; 2) personagens-testemunhas que ganham voz por meio de escritor-testemunha; 3) linguagem marcada pela tensão entre oralidade e escrita; 4) momento de perlaboração do passado; 5) teor testemunhal que permeia a ficção coutiana.

As marcas de duas guerras tão próximas, como foi suscitado ao longo do texto, foram semente em Mia Couto para o testemunhar como memória e como renascer da esperança futura. Não se pode dizer que as *Estórias* estejam em par com a literatura de teor testemunhal canônica, mas há de ser considerado que a guerra e a violência são representadas com a expectativa de que não se repitam. Entre a mágoa e a esperança, Mia Couto escreve histórias que, como expõe Valéria de Marco (2004), mostram a “catástrofe com sentido de reviravolta, sentido que acena para um movimento de possível recomposição, de reconstrução” (MARCO, 2004, p. 53). E é o que se vê em “Chuva: a abensonhada”, depois da eclosão da “guerra dos palhaços”: necessidade da reconstrução depois da barbárie.

Ademais, Valéria de Marco, no sentido de pensar a contra-história, expõe o testemunho como uma construção “da verdadeira história de opressão da dominação burguesa” (p. 47) no contexto da América Latina. Analogamente, o continente africano, historicamente vilipendiado por potências imperialistas, poderá encontrar no teor testemunhal de Mia Couto não somente uma voz de expressão das catástrofes geridas por conflitos externos (guerra de independência contra Portugal) e internos (guerra civil) mas também de redenção.

Referências

ALVES, Luiz. Moçambique e a luta pela independência e por uma sociedade socialista. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2012/02/mocambique-e-a-luta-pela-independencia-e-por-uma-sociedade-socialista/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CAMPOS, J. S. *As representações da guerra civil e a construção da nação moçambicana nos romances de Mia Couto (1992 – 2000)*. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2009.

COUTO, Mia. *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. *In*: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Ed. Escuta, 2000. p. 13-71.

MUNIZ, Estevan. Para Mia Couto, é preciso resolver o passado de Moçambique para curar o presente. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2014/04/para-mia-couto-e-preciso-resolver-o-passado-de-mocambique-para-curar-o-presente-9008.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova* [online]. 2004, n.62, pp.45-68. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452004000200004>>.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Letras*. N. 22 - Literatura e autoritarismo, jan-jun/2001, p.121-130.

Recebido em 15 de julho de 2018.

Aceite em 11 de janeiro de 2019.